



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ITAMIRES LIMA SANTOS ALCANTARA¹
ALINE NASCIMENTO SANTOS CORREIA²

Resumo: Este artigo parte de uma reflexão teórica e pesquisa empírica que buscou problematizar o debate da questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social. O objetivo deste estudo foi entender como os cursos de pós-graduação vêm inserindo a temática racial nos seus respectivos programas e demonstrar a importância dessas discussões no espaço acadêmico. Assim, foi utilizado como dados de análise e amostra a sistematização das autoras a partir dos sites dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social na região nordeste. Os números mostram que existe uma persistência do silêncio sobre a questão étnico-racial nos cursos de pós-graduação.

Palavras-chave: Formação Profissional; Pós-Graduação. Serviço Social; Questão Étnico-Racial.

Abstract: This is an article of discussion and empirical research that seeks to problematize the debate on the ethnic-racial question in professional training in Social Work. The objective of this study was to understand the degree to which they have a racial theme in their curriculum programs and the presence of discussions in academic space. Thus, it was used as a dossier of analysis and sample of systematization of the authors from the sites of the Graduate Programs in Social Service in the northeast region. The numbers show that there is a silent perpetuation of an ethno-racial issue in postgraduate courses.

Keywords: Professional qualification; Postgraduate. Social service. Ethnic; Racial Issues.

1. INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação em Serviço Social exerce função fundamental para a construção do conhecimento e para a formação profissional em Serviço Social (KAMEYAMA, 1998). Desde a década de 1970, quando se iniciou, tem fomentando uma grande contribuição à profissão tratando dos mais variados temas, com diversas linhas e grupos de pesquisa espalhados pelo país. Por

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia. E-mail: <tamialcantara94@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe.

isso, a pós-graduação, especificamente os cursos de mestrado e doutorado, representa um avanço significativo da profissão na defesa de seu Projeto Ético-Político, como já apontado por algumas autoras, a saber: Carraro, Closs e Prates, 2016; Carvalho e Silva, 2005, 2007; Kameyama, 1998; Simionato, 2005; entre outras.

Tendo em vista essa importância, o presente estudo buscou identificar, a partir dos títulos e das ementas de disciplinas oferecidas no currículo dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Nordeste, como se dá a abordagem da questão étnico-racial nos cursos de mestrado e doutorado. O levantamento dos programas se deu com base nas informações contidas na Plataforma Sucupira (2018) e no Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 realizado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). Em relação às disciplinas, o levantamento destas e de suas respectivas ementas foi feito com base nos sites dos Programas de Pós-Graduação.

A inquietação deste estudo parte da orientação expressa no Código de Ética do/a assistente social preconizando o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito e à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993). Dessa forma, é importante ressaltar que o racismo e as desigualdades raciais, questões estruturais da sociedade brasileira, precisam estar presentes na formação, na produção de conhecimento e na prática profissional do Serviço Social. Uma profissão que historicamente reflete e intervém na realidade social, e essa é uma questão que tem sido abordada por alguns estudos: Carvalho e Silva, 2005; Marques Júnior, 2007; Pinto, 2003; Ribeiro, 2004; Rocha, 2012, 2014; Silva Filho, 2006. As reflexões apontadas por esses autores apontam à invisibilização da questão étnico-racial na formação e na produção de conhecimento do Serviço Social, bem como, para a necessidade de avançarmos nesse debate, inclusive na pós-graduação.

É importante destacar que quando olhamos os dados de desigualdade no Brasil, a população negra encontra-se com os piores índices das desigualdades sociais, de acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2017), pessoas

autodeclaradas pardas tem renda de R\$ 1.480, pessoas pretas 1.461., enquanto que pessoas autodeclaradas brancas recebem em média R\$ 2.660. No que diz respeito à taxa de desemprego, pessoas que se autodeclararam pardas tem uma taxa de 14,4%, pessoas pretas de 14,1% e pessoas brancas de 9,5%. Segundo o Atlas da Violência 2018 (BRASIL, 2018), a taxa de homicídios para negros é 2,5 vezes maior que para não-negros. No ano de 2016, a taxa de mortalidade era de 40 mortes de pessoas negras, a cada 100 mil pessoas. Em relação ao Nordeste brasileiro, região que concentra a segunda maior porcentagem de população negra do país, 74,6%, e maior de população autodeclarada preta, 9,9% (IBGE, 2017), a situação é extremamente alarmante. Ainda de acordo com o Atlas 2018, a maior parte de jovens negros vítimas de homicídios encontram-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A Região Nordeste concentra também a maior taxa de analfabetismo do Brasil, 14,8%, a maioria pretos e pardos (IBGE, 2017). Portanto, essa é uma realidade que eleva as desigualdades sociais no Brasil para uma dimensão sociorracial.

Assim, consideramos que levantar o debate sobre a abordagem da temática étnico-racial na pós-graduação em Serviço Social no Nordeste brasileiro torna-se extremamente importante e urgente. Portanto, inicialmente realizamos um estudo qualitativo, mas também quantitativo com objetivo de mensurar a inserção da temática étnico-racial nos seus respectivos programas e demonstrar a importância dessas discussões no espaço acadêmico. Dessa forma, foi necessário apresentarmos uma breve caracterização dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e sua importância para a produção de conhecimento na área. Por fim, apresentamos os resultados do estudo realizado, bem como a análise dos dados encontrados, seguidos da conclusão do trabalho. Ressaltamos que essa é uma primeira problematização com essa temática racial na pós-graduação, e por isso, acreditamos que merece melhor aprofundamento e tratamento dos dados de forma mais minuciosa, o que pretendemos desenvolver em outros estudos.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

A formação profissional é uma categoria em constante transformação, até porque a realidade conjuntural constitui-se princípio impulsionador na evolução e/ou modificações das profissões. Nesse caso, estamos considerando enquanto formação profissional o processo inicial de ensino, aprendizagem e requalificação do profissional apto para desenvolver determinadas atividades em um processo de trabalho. Isso porque, aqui entendemos que “o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX, 1985, p.153). Nesses termos, a formação profissional, em seu contexto geral, expressa-se como um conjunto de atividades que propõem-se alcançar e gerar conhecimentos teóricos e práticos de profissões direcionada à aquisição de competências profissionais contemporâneas.

Um das profissões que historicamente se constrói e, sobretudo, se restabelece a partir das determinações dos sujeitos é o Serviço Social. Ela é inscrita na divisão social e técnica do trabalho e, tem seus debates mediatizado pelo seu significado social, sua capacidade de compreender a realidade e necessidade socialmente contextualizada, produzir conhecimento acerca dessa realidade, e, ao mesmo tempo, intervir para transformá-la. Na concepção de Carvalho e Netto (2000, p. 52) eles abordam que

Ela (a profissão) não atua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

Em seu processo de emergência o Serviço Social se profissionaliza para atender a demanda gerada pelo conflito capital e trabalho. Ainda no contexto do capital dos monopólios, o agravamento da “questão social” solicita que o Estado crie respostas políticas para conter os conflitos de classe, é nessa conjuntura que os/as assistentes sociais encontram espaço para profissionalização. Obviamente, nesse momento, além dos da abertura dos espaços sócio – ocupacional, começa-se também o ensino da prática

profissional sob uma perspectiva legal. E são as escolas de direcionamento católico que assume a responsabilidade à formação profissional no Brasil. Assim, historicamente as escolas e faculdades de tradição religiosa foram/são diretoras do exercício profissional do/a assistente social a partir de uma visão doutrinadora. No entanto, com o Movimento Latino Americano de Reconceituação, as inquietações frente essa realidade possibilita à profissão encontrar novos caminhos, desde então, as mobilizações políticas da categoria vem buscando renovação para redimensionar suas ações perante a realidade social (SILVA, 1995).

Podemos considerar que uma das primeiras expressões concretas de renovação para a profissão foi à adoção de um currículo mínimo para formação profissional, em 1982. Isso porque o ensino da disciplina Metodologia em Serviço Social foi um avanço que expressa o amadurecimento teórico ao considerar a tradição marxista como estudo teórico indispensável. Assim, a compreensão de que ao adotar o marxismo como teoria social pertinente para a formação e trabalho profissional foi um exercício importante para realizar mediações com os processos histórico-sociais concretos da formação social brasileira. Essa concepção se fortalece com as Diretrizes Curriculares de 1996 quando discute que a formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade faz parte de um processo sócio- histórico que atravessa o cotidiano do exercício profissional do/a assistente social (IAMAMOTO, 2014).

[...] pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto o campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação (IAMAMOTO, 2014, p.169).

A formação profissional do/a assistente social requer atenção às novas exigências que se expressam cotidianamente em sociedade, isso significa a adequação de um currículo mínimo para graduação que “atenda” ao contexto real da sociedade, considerando a relevância das novas e velhas expressões da “questão social” bem como do mercado de trabalho sem perder a análise crítica do mesmo. Nesse sentido, a formação profissional em si é um desafio

constante, visto que precisa compreender o significado social da profissão, bem como o papel do assistente social, suas competências profissionais, seus limites e desafios enquanto demandas complexas da dinâmica social. E ainda, apreender que as ações profissionais devem alerta-se para as subjetividades do ser social que invisivelmente altera diretamente a vida em sociedade do sujeito (SILVA, 1995).

Algumas dessas subjetividades têm como ponto de partida a realidade de um país que foi construído através de subordinação e desigualdades sociorraciais. Uma realidade pode continuar influenciando o novo ordenamento das relações sociais e, ser uma das determinações que agravam a vida dos sujeitos que concretamente compõe o índice das expressões da “questão social”: o/a trabalhador/a negro/a. Historicamente essa parcela de trabalhadores/as vivenciaram a opressão, submissão e subexploração, e aqui estamos considerando essas categorias sociais como fundamentais desde o contexto de colonização ao capitalismo maduro. Nesses termos, não podemos esquecer que a base que sustenta tais categoriais está alicerçada na superioridade e inferioridade racial como justificativa na estrutura ou na superestrutura para a produção e reprodução ampliada da riqueza. Ou seja, o capitalismo brasileiro nasceu racista, e essa é uma realidade estrutural que criou/cria os meios de perpetuação da opressão racial. Assim,

Tomemos o racismo no Brasil. Ele se manifesta em todas as esferas da vida: na economia, ele aparece na menor participação da população negra na renda nacional e na fruição dos direitos sociais (emprego, educação, saúde, moradia etc.); na política, ele está presente no índice maior de violência policial contra negros e no recorte racial presente na ideologia disciplinadora do trabalho assalariado, muito presente no debate sobre a redução da maioria penal; na cultura, ele está arraigado nos estereótipos racistas, na depreciação estética das feições africanas, no desprezo pelos cultos de origem africana etc (BIONDI, 2018, p. 05).

Nesse caso, o racismo, suas implicações e estratégias de reprodução vêm acometendo de forma expressiva uma parcela da população brasileira. Se considerarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2017) que quase 54% da população são autodeclarados pretos e pardos, podemos dizer que metade do povo residente no país traz traços da escravização expressa nas estatísticas das desigualdades raciais. Ou seja, não podemos negar que no Brasil as desigualdades raciais são estruturantes da

desigualdade social, isso quando, até nos dias atuais, na escolaridade, no trabalho e renda e na seguridade social os/as negros estão em situação de inferioridade e/ou sem acesso a bens e serviços.

Nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre os anos de 2001 a 2012, sobre a situação social da população negra segundo as condições de vida e trabalho no Brasil ratifica a conformação das famílias negras nos piores índices de desenvolvimento. A exemplo, no eixo da educação consta que a proporção de pessoas brancas com doze anos ou mais de estudo cresceu de 13,3%, em 2001, para 22,2%, em 2012. No entanto, entre os/as negros/as o aumento foi apenas de 3,5% para 9,4%. No quesito trabalho e renda, os/as trabalhadores/as brancos/as representa o maior grupo de empregadores/as: 5,4% dos/as brancos/as ocupados estão na categoria de empregadores/as, enquanto apenas 2,3% dos/as negros/as se dedicam a esta atividade.

Ao referirmo-nos à Seguridade Social há uma particularidade, desde 1988 verifica-se uma maior cobertura por causa da Assistência Social, essa ao ser direcionada à população cuja sua situação de vida encontra-se na vulnerabilidade social, atinge em maior proporção os/as negras/as em estado de pobreza. Por isso, a diferença entre os/as brancos/os e /os/as negros/as não é representativa, isso quando, em 2001 os/as brancos/as representam 17,3% e os/as negros/as 17,1%. Em 2012, com a consolidação do Programa Bolsa Família que faz parte das políticas com transferências de renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais, os/as brancos são 15,4% e os/ negros/os 15,5%.

Essa realidade nos comprova que a população negra só consegue se igualar e/ou superar a situação de acesso às políticas públicas quando o critério ingresso está vinculado à vulnerabilidade social. Por isso, algumas produções teóricas da profissão já vêm sinalizando que o debate da questão étnico-racial é uma lacuna constantemente encontrada nos currículos de formação profissional, por isso, os/as profissionais têm dificuldade em perceber que o adensamento de algumas demandas estão vinculadas à dimensões estruturais. Roseli Rocha (2014, p. 13) apresenta uma tese na qual analisa a

“[...]inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua implicação para a intervenção profissional, tendo em vista o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social”. Embora o processo de revisão curricular apresente-se como um salto teórico, principalmente no amadurecimento do estudo da “questão social” no Brasil, é possível encontrar lacunas de debates na graduação que refletem decisivamente no trabalho profissional.

Denota-se, portanto, que a escassez do debate e a pouca produção acerca dessa temática no Serviço Social pode comprometer a formação profissional e por consequência o trabalho profissional. Pelo menos, em termos de apreensão da totalidade da vida social dos sujeitos que majoritariamente constituem-se usuários das políticas públicas e sociais de caráter compensatório, as quais também são as principais empregadoras dos/as assistentes sociais. Assim, um fato que merece destaque, diante do que nos mostra os indicadores de desigualdades sociorracial no país, é o racismo, suas repercussões e particularidades nas expressões da “questão social” na conjuntura brasileira. Até porque essa é uma realidade que se apresenta no trabalho profissional do/a assistente social nas diversas políticas sociais, e

A invisibilidade dessa discussão no processo de formação, bem como sua observância na prática profissional, pode ter um preço alto: a não apreensão da realidade necessária para se conhecer quem são os sujeitos sociais atendidos pelos profissionais de Serviço Social. Em outras palavras, o silêncio também revela um posicionamento. Seria essa uma ratificação da violência racial, velada ou explícita (mas não contabilizada), mesmo que seja por omissão? (MENEZES, 2010, p. 14).

Inclusive, é preciso reconhecer que a ausência e/ou insuficiência da temática étnico-racial configura-se como uma negligência a “[...] identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social” (MEC, 2002, p. 01). Em verdade, contraria as premissas do Código de Ética da Profissão que fomenta o “[...]Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 24). No entanto, quando o/a profissional não tem estimulado os debates que ultrapassam a

visão estática da garantia de direito pela via da igualdade, o/a assistente social irá cumprir fielmente os princípios do Código de Ética, mas as análises situacionais nos espaços ocupacionais não alcançarão os agravamentos das desigualdades sociais referentes à categoria “raça”.

Posta essa realidade, uma observação que aqui trazemos, fundamentada nas reflexões do último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2016, é que os/as profissionais que no trabalho profissional imprimem paralelamente a luta anticapitalista a luta antirracista têm encontrado duas estratégias para contemplar o debate étnico racial: em primeiro é garantir que na sistematização do trabalho nas diversas políticas sejam categorizadas as desigualdades pelas dimensões sociorraciais; um segundo plano é levar as discussões para a pós-graduação *stricto sensu*. Isso porque os programas de mestrados e doutorados têm como intenção contribuir na formação de pesquisadores, de docentes e de assistentes sociais para o enfrentamento da “questão social” a partir da formação continuada através da valorização e despertar de competência das demandas do mercado de trabalho. Portanto, no próximo item vamos analisar a contribuição da pós-graduação no debate da temática étnico-racial.

3. PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

3.1 A pós-graduação em Serviço Social: breve caracterização e importância na produção de conhecimento

No Brasil, a pós-graduação *stricto sensu* é iniciada a partir dos anos 1960, coordenada pela CAPES, criada em 1951, sendo o Sistema Nacional de Pós-Graduação instituído em 1975. A CAPES cumpre um papel importante de implementação de políticas nesse nível de ensino, bem como, de avaliação e de formação de recursos humanos. A partir da década de 1970, num momento de enfraquecimento do regime ditatorial vivido no país, ocorre um avanço significativo da pós-graduação no Serviço Social, motivado por professores/as e pesquisadores/as interessados/as em desenvolver a produção científica. O que demarca uma postura de reflexão sobre ação e uma recusa à ideia de

separação entre o pensamento e a ação que havia guiado a profissão, bem como, a uma postura de apenas consumo de teorias de outras áreas.

Nesse contexto, o Serviço Social, passa então a ser considerado como área de conhecimento pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), alocado na grande área das Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com Carvalho e Silva (2005), o avanço na pós-graduação em Serviço Social se inscreve no processo de reconceitualização da profissão e no delineamento de seu projeto ético-político profissional, num contexto de redemocratização da sociedade brasileira, no qual o Serviço Social adota como marco a teoria crítica e busca romper com o conservadorismo que historicamente deu a tônica da profissão (CARRARO; CLOSS; PRATES, 2016).

O primeiro mestrado em Serviço Social é criado em 1972, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ), seguido, no mesmo ano, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP). Em 1981, também na Puc-SP, é criado o primeiro doutorado em Serviço Social da América Latina, num processo de expansão e consolidação até os dias atuais, principalmente a partir dos anos 2000, sendo até 2005, dezenove cursos de mestrado e nove de doutorado tendo indicação para o ano de 2006, segundo estudos de Carvalho e Silva (2007), da criação de mais quatro cursos recomendados pela CAPES.

De acordo com o da Avaliação Quadrienal 2017 realizado pela Capes, em 2016 a área de Serviço Social contava com 34 Programas de Pós-Graduação, sendo 18 cursos de doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN e UFPA) e 34 cursos de mestrado, todos acadêmicos (BRASIL, 2017). No que diz respeito à caracterização da pós-graduação em Serviço Social, quanto à vinculação institucional dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social

Prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das Universidades Públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%) em uma tendência inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, 18 são Universidades Federais e 08 Universidades Estaduais (24,2%). Destaca-se a expansão nas Universidades estaduais (passou de 3 Programas em 2010 para 8 em

2016 – crescimento de 266%) e redução de Programas em Universidades privadas (registra-se ainda a mudança de área do Programa de Política Social da UCSAL). Das 6 instituições privadas, 5 são comunitárias (4 PUCs e 1 Universidade Católica - UCPEL) e uma é sem fins lucrativos (EMESCAM) (BRASIL, 2017, p.5).

Em relação à área básica, em 2016, a situação é a seguinte

[...] 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). A exceção dos 2 Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-graduação guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas. Em sua composição, os 32 Programas possuem docentes graduados ou com Doutorado em Serviço Social (49,4%)(BRASIL, 2017, p.5).

Sobre a distribuição geográfica, ainda segundo o relatório, a Região Sudeste conta, com doze (36,4%) programas de Pós-Graduação, logo após a Região Nordeste, com onze (33,3%) programas, a Região Sul com cinco (15,2%), a Região Centro-Oeste com três programas (9%) e a Região Norte com dois (6%) (BRASIL, 2017). Como já abordado por Carvalho e Silva (2007) e Carraro, Closs e Prates (2016), a maioria dos programas encontram-se concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste. No que se refere às Áreas de Concentração e as linhas de Pesquisa, os eixos importantes que caracterizam os programas de pós-graduação em Serviço Social, abordados pelas autoras Carvalho e Silva (2007, p.204-205), são

Política Social/Políticas Públicas/Avaliação/Gestão de Políticas Sociais (41 indicações); Serviço Social (28 indicações); Estado/Instituições (19 indicações); Trabalho/Processos de Trabalho/Relações de Trabalho (14 indicações); Movimentos Sociais/Processos Organizativos/Associativismo/ Sujeitos Sociais (14 indicações); Direitos Sociais/Cidadania/Direitos Humanos (14 indicações) Sociedade/Processos Sociais/Relações Sociais/Reprodução Social (11 indicações); Cultura (10 indicações); Questão Social (06 indicações); Formação Profissional (06 indicações); Fundamentos do Serviço Social/ Teoria e História (06 indicações) Prática Profissional (05 indicações).

Podemos constatar que os temas identificados pelas autoras são temas de preocupação histórica do Serviço Social no que tange a sua produção e intervenção profissional, com destaque para o tema Política Social, no entanto, podemos constatar a ausência de temas que precisam ser abordados e incorporados ao Serviço Social, como gênero, raça/etnia e orientação sexual. No que tange às teses e dissertações dos programas de Pós-Graduação em

Serviço Social, as autoras, levantaram um total de 760 teses e dissertações no período de 1998 a 2002. Os eixos mais destacados foram, Política Social (21,57%); Serviço Social, Trabalho, Prática e Formação Profissional (18,28%); Infância, Juventude, Família e Sociedade (14,22%); Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente (10,27%) e temas relativos a trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza e exclusão social (9,60%). Corroborando com a crítica sobre as áreas de concentração e linhas de pesquisa, entre os temas que representam menos de 5% das teses e dissertação, está etnia, gênero, orientação sexual, entre outros (CARVALHO; SILVA, 2007).

Sobre os projetos de pesquisa, as autoras colocam que foram encontrados os mesmos eixos temáticos indicados no levantamento das teses e dissertações, com algumas variações na incidência dos referidos temas, mas também tendo como eixo destacado as Políticas Sociais³. E em relação à produção bibliográfica dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social,

[...] os dez eixos temáticos de maior incidência foram: Serviço Social – Formação Profissional/Trabalho do Assistente Social/ Prática Profissional; Trabalho/Reestruturação; Produtiva/ Globalização; Infância/Juventude/Família; Seguridade Social – Saúde; Gênero/Violência; Ética/Cultura/Política/ Democracia/Diversidade; Política Social/Políticas Públicas/ Gestão/ Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Direitos Sociais/Cidadania/Direitos Humanos; Movimentos Sociais/Processos Organizativos/Associativismo/Sujeitos Sociais/Conselhos/Controle Social; Educação. Esses eixos temáticos expressaram uma incidência representada de 10,43% a 3,93%, totalizando 66,77% de todas as produções consideradas (CARVALHO; SILVA, 2007, p. 210)

Podemos observar a centralidade temas históricos do Serviço Social, como Seguridade Social, Exclusão Social/ Desigualdade/ Pobreza, bem como, o surgimento de temas como Gênero/ Violência e Terceira Idade/Envelhecimento. No entanto, é importante destacar que, quando se trata

³ A autora Iamamoto (2014) faz uma consideração em relação ao perigo dessa abordagem prioritária do Serviço Social sobre as políticas sociais em sua produção de conhecimento. Para a autora, “A ênfase predominante nas relações do Serviço Social com as políticas sociais do Estado e os aparatos institucionais que a implementam vem apresentando, como contrapartida, o *relativo obscurecimento da sociedade civil*”; ‘o verdadeiro cenário de toda a história’, secundarizada na produção acadêmica no Serviço Social. Deixando de ser o *foco central da análise*, tem tido sua apreensão ‘filtrada’ pelas estratégias do Estado e das ações dos governos via políticas sociais, voltadas em especial para o conjunto dos trabalhadores (inscritos ou não no mercado formal de trabalho) (IAMAMOTO, 2014, p.241-242).

de Raça/Etnia, essa produção representa apenas 2,25% da produção bibliográfica dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (CARVALHO; SILVA, 2005). Diante desse quadro, podemos constatar que a Pós-Graduação em Serviço Social tem crescido e se consolidado, dando uma contribuição extremamente importante na busca pelo aprimoramento da profissão. Sua atuação tem sido importante também para a formação de pesquisadores/as que têm pensado e teorizado o fortalecimento e a consolidação do projeto profissional do Serviço Social. Todavia, consideramos que ainda precisa avançar em temas que são cruciais e fundantes da realidade brasileira e para a própria profissão, como os temas relativos à raça/etnia e gênero.

3.2 A temática étnico-racial nas disciplinas dos programas de pós-graduação em serviço social

Acreditamos que a pós-graduação tem papel fundamental para a produção de conhecimento no âmbito da academia brasileira, dessa forma, o que é produzido e ensinado na pós-graduação tem grandes rebatimentos para a produção, formação e intervenção profissional. Algumas formas de conhecer o que tem sido produzido na pós-graduação em Serviço Social, como salientado por Carvalho e Silva (2005) é a partir das áreas de concentração e as linhas de pesquisa; as dissertações e teses produzidas; pelos projetos de pesquisa e pela produção bibliográfica, como apresentamos no tópico anterior.

Esses itens compõem o projeto pedagógico dos cursos, assim como a estrutura curricular, que tem também um papel fundamental para a formação e para a produção do conhecimento, por isso, a escolha por abordá-las nesse estudo. Além disso, acreditamos que os temas abordados nas disciplinas dos programas, influenciam diretamente na produção de conhecimento, nos temas e bibliografias das teses e dissertações e nos projetos de pesquisa, como também na direção social apontada pelo programa. É importante destacar que não buscamos reduzir nesse estudo o significado de currículo, entendido, a partir de um processo mais amplo, como

[...] a expressão de um conjunto de concepções, é a explicitação de tendências políticas, teóricas e metodológicas que são imanentes à

direção social que se deseja imprimir a um projeto de formação profissional, incorporado num projeto educacional de curso (ANDRADE, 2000, p.4).

A partir de informações contidas na Plataforma Sucupira (2018), no Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 realizado pela Capes, bem como nos sites dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, buscamos identificar a abordagem da questão étnico-racial nos títulos e ementas das disciplinas disponibilizadas na estrutura dos currículos de Mestrado Acadêmico e Doutorado em Serviço Social contempladas em disciplinas obrigatórias e eletivas/optativas. Dessa forma, para identificar a abordagem da temática usamos, baseadas no trabalho da autora Roseli Rocha (2014), que identificou a abordagem do tema nas disciplinas de graduação em instituições de ensino superior, como palavras-chave as seguintes: etnia, raça, racial, racismo, étnico, etnocentrismo, discriminação racial, negro/a, afrodescendente, afro-brasileiro/a, etnicidade, matriz africana, quilombo, quilombola, movimento negro, democracia racial, diversidade étnica e diversidade racial. Dos trinta e quatro (34) Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, onze (11) deles estão localizados na Região Nordeste, sendo onze (11) cursos de mestrado e cinco (05) de doutorado, totalizando dezesseis cursos. De acordo com nosso levantamento, todos os programas possuem disponibilizadas em seus sites as disciplinas dos programas e nove (09) disponibilizam também as suas ementas.

Na organização curricular, encontramos um total de trezentos e três (303) disciplinas oferecidas pelos programas, destas, noventa e duas (92) obrigatórias e duzentos e onze (211) optativas ou eletivas do mestrado e doutorado.

No quadro abaixo, podemos identificar nas disciplinas contidas nos onze programas analisados, de um total de 303 disciplinas, apenas quatro (04) disciplinas, em quatro (04) programas, que fazem referência à temática étnico-racial, o que é um quantitativo muito aquém do esperado.

Disciplina	Categoria	Caráter	Créditos	Carga horária	Estado
Serviço social, relações de exploração/opressão de	Classe, gênero, raça/etnia e	Optativa	Não encontrado	60h	RN

gênero, raça/etnia e sexualidade	sexualidade				
Desigualdades, exploração e opressões: gênero, raça/etnia, geração e sexualidades	Classe, gênero, raça/etnia, geração e sexualidades	Eletiva	4	60h	PE
Gênero, Etnia/Raça, Geração e Diversidades Cultural	Gênero, Etnia/Raça, Geração e Diversidade Cultural	Optativa	4	60h	PB
Questão étnico-racial e serviço social	Etnia/raça	Optativa	4	60h	SE

Quadro 1- Disciplinas curriculares que abordam a questão étnico-racial

Fonte: Sistematização das autoras a partir dos *sites* dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Nordeste

Como podemos observar, todas as disciplinas enunciam em seus títulos a abordagem do tema étnico-racial contido na ementa. Esse é um aspecto importante, pois, como salienta Roseli Rocha (2014), principalmente quando se trata de disciplinas optativas ou eletivas, a informação já contida no nome da disciplina pode influenciar o/a discente no momento da escolha de uma disciplina para cursar. No entanto, chama-nos atenção que a maioria das disciplinas, aborda a temática étnico-racial articulada com outros marcadores sociais, como classe, gênero, sexualidade, geração, o que é extremamente importante, pois se contrapõe a uma análise fragmentada dos sujeitos sociais, os compreendendo em suas múltiplas dimensões. No entanto, essas são temáticas complexas, sendo importante que os programas criem formas de aprofundarem sua abordagem, não apenas as colocando dentro de apenas uma disciplina.

Sobre esse aspecto, vale aqui destacar que todas as disciplinas que abordam a questão étnico-racial nos programas de pós-graduação da Região Nordeste, são de caráter eletivo ou optativo. Isso significa que os/as estudantes podem terminar o mestrado e/ou doutorado sem refletir sobre a questão étnico-racial em suas pesquisas e em seu processo formação (LIMA, 2012). É importante ressaltar que, como dito anteriormente, apenas quatro (04) programas, dos onze (11) programas analisados têm em sua estrutura curricular uma disciplina que aborda a questão étnico-racial. O que aponta para a necessidade de avançarmos nesse debate, pois nove (09) programas, não têm em sua estrutura curricular, disciplinas que abordem a temática, processo que, podemos afirmar, influencia na produção de conhecimento dos programas

e da própria profissão, sendo a pós-graduação lugar privilegiado de produção de conhecimento.

A Região Nordeste, conforme abordamos anteriormente, é a segunda região que tem a maior concentração de população negra no país e alguns dos piores índices de desigualdade para essa população, dessa forma, a formação de pesquisadores do Serviço Social na região não pode se manter afastada dessa realidade, revelando uma fragilidade na abordagem da temática que se reflete na produção de conhecimento, bem como na prática profissional do Serviço Social na região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este estudo contribuir com a problematização do debate sobre a questão étnico-racial no processo de formação profissional ao discutir a importância da temática com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político profissional. Embora confirmamos a nossa premissa que, além da ausência desse debate na graduação, essa escassez também se processa na pós-graduação, reconhecemos que há avanços nas discussões sobre etnia, raça e gênero. Uma conquista que pode ser percebida com as sinalizações no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares ao expressar politicamente a preocupação com exercício profissional empenhado na luta contra a discriminação racial e a formação profissional fundamentada na totalidade dos processos sociais, além, óbvios, do estudo sobre a formação social brasileira.

No entanto, algumas lacunas se fazem presente na formação profissional. Aqui nos preocupamos com a formação por acreditarmos ser o principal mecanismo para categoria desenhar novos rumos. Isso porque, a preparação de novos profissionais, e requalificação daqueles já inseridos nos espaços sócio- ocupacionais, se faz o momento essencial na conquista e concretização da identidade profissional. Inclusive, porque é possível perceber nos caminhos desenhados pelos programas de pós-graduação no nordeste brasileiro, mestrado e doutorado, que as disciplinas disponibilizadas buscam proporcionar aos profissionais a compreensão dos determinantes fundamentais

da ontologia do ser social como estratégia de enfrentamento crítico da realidade apresentada pelos/as usuários.

Desse modo, o desafio posto é a necessária articulação entre os mecanismos de combate ao racismo institucionalizado, que se expressa na ausência e/ou invisibilidade da temática racial no espaço de produção do conhecimento, com as bandeiras de luta anticapitalista do Serviço Social. Essa é uma provocação que implica os/as profissionais a saírem dos trabalhos e reflexões teóricas pontuais fundamentadas pelas perspectivas e determinações socioeconômicas, para adentrar a esfera da totalidade da vida social dos sujeitos que são os principais usuários dos serviços nos quais os/as assistentes sociais desenvolvem as suas atividades profissionais: a população negra, indígena, quilombola e africana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. R. A. O ensino superior e o ensino no curso de serviço social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_ensino.htm>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BIONDI, Pablo. Capitalismo e racismo no Brasil. *História & Sociedade*. Postado Em 18 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=5449>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 Serviço Social**. 2017. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4683-servico-social>>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

CARRARO, G.; CLOSS, T. T.; PRATES, J. C. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 5 - 33, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23716>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. S. e. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. S. e. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **R B P G**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, 2007. Disponível em:

<<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (Pnad Contínua). Mercado de Trabalho Brasileiro, 2017.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas**, Juiz de Fora: R. Fac. Serv. Soc., v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (Brasil). **Diretrizes Curriculares**, Curso: Serviço Social. 2002. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.